



ENVELHECIMENTO INCLUSIVO: PARTICIPAÇÃO E SOCIABILIDADE ENTRE IDOSOS INSERIDOS EM GRUPOS E ASSOCIAÇÕES

Kátia Ramos Silva
Doutoranda – PPGS/UFPB
E-mail: katya6@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, o processo de envelhecer tem adquirido maior visibilidade entre os segmentos sociais e se transformado em alvo de múltiplas percepções. Esse fato tem ocorrido como consequência do significativo aumento da expectativa de vida da população mundial e brasileira, em especial. De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE, com dados de 2010, a população considerada idosa no Brasil corresponde a 10,8% e, na Paraíba esse índice já ultrapassa os 11,98% da população total do Estado, percentual que o eleva à terceira colocação entre os estados com maior contingente de idosos (IBGE, 2012). A constatação dessa realidade, verificada em termos estatísticos, ocasiona inúmeras alterações nos padrões sociais vigentes, visto que a longevidade sugere um complexo rearranjo em todos os aspectos da vida.

Verificamos que a sociedade contemporânea está intrinsecamente associada às mudanças relacionais e comportamentais intensas e contínuas, que repercutem em várias esferas sociais (GIDDENS, 1991), inclusive, nas questões relativas à longevidade humana e seus desdobramentos. É nesse contexto de alterações e instabilidades nas relações constituídas entre os indivíduos, especialmente, em termos geracionais, que se tornou necessária a implementação de políticas sociais para buscar uma melhor inserção e participação do idoso na sociedade, em perspectiva intergeracional.

Na Paraíba, o contingente de pessoas inseridos numa idade reconhecida como idosa já ultrapassa o número dos 450 mil, o que traduz-se em 11,98% da



população (IBGE, 2012). Em decorrência desse expressivo índice e contrapondo à essa perspectiva de uma velhice “tutelada”, nas Conferências Municipais (em Campina Grande e João Pessoa) e Estaduais do Idoso realizadas nos últimos anos, tem-se verificado relevante participação de sujeitos inseridos em grupos e associações “de idosos”, constituindo-se em um espaço ímpar e momento propício à exposição de seus interesses, necessidades, demandas, o que culmina por representar em um relevante fator para o cumprimento das legislações existentes, visto que a presença e atuação dos próprios sujeitos “interessados” nas ações, além de atuar como um mecanismo de fiscalização nas deliberações do poder público, revela a condição de vida dos idosos paraibanos, bem como seus conflitos e aspirações.

A constatação dessa realidade nos leva a perceber a necessidade de articular as duas dimensões observadas na realidade empírica: as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado da Paraíba para o atendimento das questões relativas à velhice, bem como a atuação dos idosos beneficiados com tais ações. Para tanto, nos propomos a analisar como os paraibanos em idade considerada idosa, participantes de grupos e associações específicas, se inserem nesse conjunto de ações deliberadas pelo poder público, se organizam coletivamente para reivindicar o cumprimento da lei e relacionam-se com outros indivíduos do seu grupo geracional, formando laços de sociabilidade e construindo diversas identidades de ser velho na atualidade.

II. METODOLOGIA

Para desenvolver esse estudo, focalizamos os idosos participantes de Associações de Aposentados e Pensionistas e Centros Municipais de Convivência do Idoso, principalmente, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Realizamos visitas para observação direta das práticas (MINAYO, 2008), entrevistas semi-estruturadas com o público-alvo, utilizamos ainda o caderno de campo, além dos estudos de bibliografia temática, que atuaram como eixo para a fundamentação teórica.



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho apresenta como proposta de pesquisa, analisar as formas pelas quais os idosos deste Estado, se inserem nas ações desenvolvidas pelo poder público, através das vivências e construção de identidade de serem velhos participantes de grupos e associações.

Nesse sentido, observou-se a necessidade de empreendermos uma contundente pesquisa sobre a condição de ser idoso no Estado da Paraíba, que eleva-se como o terceiro estado com maior contingente de idosos no Brasil (IBGE, 2012). Além disso, constatou-se a relevância de verificarmos até que ponto as demandas que a população idosa paraibana apresenta são atendidas pelas ações do poder público estadual, considerando suas particularidades, necessidades, aspirações, direitos e deveres legalmente assegurados.

Arelado à isso, reconhecendo que 'o idoso' hoje não se isenta dos discursos socialmente produzidos (DEBERT, 1999a), a nossa pesquisa também procurou discutir a maneira pela qual idosos inseridos em grupos e associações, influenciam na formulação de tais políticas e reivindicam seus direitos na sociedade. Além disso, como tais sujeitos se organizam coletivamente, estabelecendo relações de sociabilidade e construindo identidades de ser velho engajado socialmente. A finalidade foi perceber se a atuação engajada em grupos e associações confere significados às experiências de envelhecer dos idosos, visto que muitos deles podem vislumbrar uma possibilidade profícua de romper com os limites da esfera doméstica, ou manterem-se ativas/atualizadas após a garantia da aposentadoria.

IV. CONCLUSÃO

No contexto brasileiro e na Paraíba, em particular, os idosos têm buscado, cada vez mais, assegurar seus direitos e deveres garantidos legalmente e estabelecer relações de sociabilidade geracional, através da inserção em grupos e em associações da categoria e na participação na formulação de políticas públicas.

Em decorrência disso, priorizamos a abordagem do idoso enquanto sujeito não-institucionalizado, ou seja, aquele idoso com o qual nos deparamos no



cotidiano, com seus conflitos, conquistas, doenças, vivacidade, afetos e que se insere em grupos e associações “para idosos”. Um sujeito diverso, por excelência, que agrega em si, experiências de juventude, de maturidade e de vida, que possibilita uma peculiar vivência e convivência com a sociedade circundante.

Consideramos que a sociedade contemporânea sugere variadas formas de vivenciar uma condição social e coloca em “foco formas diferenciadas de interação social na velhice, não apenas distinguidas pelas faixas etárias mas pela emergência de formas de interações ‘fabricadas’ por agentes da gestão da velhice, como os grupos de convivência” (BARROS, 2006, p. 119). A partir do fragmento, percebemos que essa “não-contemporaneidade de contemporâneos” (MANNHEIM, 1928 apud MOTTA, 2004a) possibilita múltiplas formas de vivenciar a velhice, bem como de se inserir em agrupamentos, organizando-se coletivamente para garantir o cumprimento de leis asseguradas e estabelecer relações sociais que repercutem na própria identidade de ser velho na sociedade atual.

V. REFERÊNCIAS

BARROS, M. M. L. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia*; 2006, no. 52.

DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP; 1999a.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP; 1991.

IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Disponível em < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e cientificidade*. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2008.

MOTTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: *Cadernos PAGU*, nº 13. Campinas; 1999.
